



7º Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

---

24, 25 e 26 de novembro de 2021

---

Tema: “O papel das associações no debate sobre as práticas da arquitetura e do urbanismo: Ciência, Política, Cultura”

---

**ANPARQ**

PPG  
FAU  
UNE

faunb

UnB

# 7º Se N AU

7º Seminário  
Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

---

## organizadores

Ricardo Trevisan | PPG-FAU/UnB

Ana Cláudia Duarte Cardoso | PPGAU-UFPA

Luciana Saboia Fonseca Cruz | PPG-FAU/UnB

Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira | PROURB/UFRJ

Miguel Antonio Buzzar | IAU-USP

---

## tema

O papel das associações no debate sobre as práticas da arquitetura e do urbanismo:  
Ciência, Política, Cultura

24, 25 e 26 de novembro de 2021 | 100% virtual

---

## apresentação

Os movimentos sociais associativos, em suas relações com as práticas arquitetônicas e urbanísticas e com os modos de pensar a cidade, embora sejam um objeto de estudo ainda pouco explorado na área, têm desempenhado, historicamente, papel relevante. Essa, não é, contudo, uma história curta. Das instituições filantrópicas e religiosas como as “Santas Casas”, as “confrarias” e as “irmandades”, que tomam forma entre nós desde o século XVI, até as associações profissionais, como as “corporações de ofício” e intelectuais – “academias”. Observa-se, assim, a criação

das “associações comerciais”, de “sociedades” científicas e de “desenvolvimento da indústria nacional” e, pouco a pouco, a organização do que chamamos “partidos políticos” entre meados e a segunda metade do século XIX, dedicados à defesa não mais apenas de interesses, mas também de direitos comerciais, administrativos, civis e políticos.

Contudo, como se vê a história das agremiações, seus perfis e modo de ação social, interação com os modos de governança de estados nacionais, governos ou administrações, e contribuem, no cotidiano, para o debate dos próprios indivíduos sobre os mundos que têm e aqueles com os quais sonham. Noções de cidade, cidadania, educação, ciência, cultura e a reflexão dos diferentes campos do conhecimento estão assim estreitamente imbricados nos movimentos sociais associativos. É nesse jogo entre práticas e formulação de projetos e políticas sobre as formas institucionalizadas, construídas e poéticas de viver em cidades que elas próprias aprendem sobre si e a se renovar e a incluir.

Em momento no qual a universidade e a ciência atualizam suas posições como lugar co-implicado com o mundo social e como uma de suas instâncias reflexivas, neste 7º SENAU, a ANPARQ pergunta qual o alcance e impacto do pensamento científico brasileiro na área das humanidades, da arquitetura e do urbanismo? Historicamente, associações, redes sociais e coletivos, de modo geral, têm sido termômetros importantes das “questões” urbanas e dos direitos civis e urbanísticos a serem socialmente reconhecidos e enfrentados. Desta forma, como alargar o diálogo transversal entre as associações que valorizam as realizações de ontem e mostram-se atentas ao patrimônio de um agora sem reproduzir cristalizações? Como criar fluxos entre diferentes formas de culturas e saberes?

Assim, pretende-se discutir de modo transversal e interdisciplinar o crítico contexto atual no qual também se encontra o campo de atuação de Arquitetura e Urbanismo – incluindo as consequências da Pandemia de Covid-19 –, promovendo o debate sobre o papel das associações e de entidades e suas redes neste campo, em diálogo com os processos estabelecidos nas diversas esferas de produção do espaço de nossas cidades e na formação continuada de profissionais.

## entidades convidadas



## eixos temáticos

No 7º SeNAU, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – ANPAU, em sua recentíssima história, deseja ouvir outros movimentos sociais associativos e pensar com eles cenários futuros. Assim, convida pensadores, associações congêneres, redes e coletivos acadêmicos, científicos e culturais para expor e discutir visões, práticas e experiências, elencando os desafios prementes que atravessam suas ações institucionais. Seu objetivo é orientar de modo mais sistematizado sua própria atuação, mas também contribuir para a construção de políticas para a área em torno de uma agenda articulada em 3 eixos principais: Ciência, Política, Cultura.

## Ciência | *práticas e políticas*

Em momento no qual a universidade e a ciência atualizam suas posições como lugar co-implicado com o mundo social e como uma de suas instâncias reflexivas, qual o alcance e impacto do pensamento científico brasileiro na área das humanidades e da arquitetura e o do urbanismo? Quais os entraves que sofre sua difusão? Como ampliar a presença das associações acadêmicas e científicas junto às instituições de fomento à pesquisa e de formulação de políticas e o diálogo? Quais as experiências notáveis para o fortalecimento das humanidades e o respeito de suas singularidades? Como encorajar a aplicabilidade dos resultados de pesquisa e ao mesmo tempo incentivar e garantir espaço para a experimentação e inovação quanto aos temas e objetos de estudos? Quais os eixos de ação para o fortalecimento das redes sociais?

## Política | *processos, escalas, focos, subversões*

Historicamente, associações, redes sociais e coletivos, de modo geral, têm sido termômetros importantes das “questões” urbanas e dos direitos civis e urbanísticos a serem socialmente reconhecidos e enfrentados. Qual a agenda de ações em rede a ser empreendida no presente? O que vem mostrando a pandemia que não se pode esquecer? No encaminhamento de proposições e respostas quais os atores a serem privilegiados de modo geral e nos diferentes níveis de governança? Quais as práticas profissionais a serem incentivadas, apoiadas no fortalecimento de grupos socialmente invisibilizados? O que carece ser inventado?

## Cultura | *interações, interlocuções, deslocamentos*

A dimensão cultural exige reflexão permanente sobre as memórias, histórias e gestos presentes e os projetos de futuro. Quais as experiências na articulação das múltiplas temporalidades e culturas cidadinas que ajudam a fazer pensar? Como contribuir para que arquitetos e urbanistas se entendam como culturas políticas, estéticas, administrativas e a própria cidade, em sua diversidade, como bem comum? Quais as conquistas do ponto de vista pedagógico e quais as suas dificuldades? Como ultrapassar a ideia de história como uma dimensão morta ou de cultura como um campo erudito? Como alargar o diálogo transversal entre as associações que valorizam as realizações de ontem e mostram-se atentas ao patrimônio de um agora sem reproduzir cristalizações? Como criar fluxos entre diferentes formas de culturas e saberes?


# programação

quarta-feira, 24 de novembro


quinta-feira, 25 de novembro


sexta-feira, 26 de novembro

17h00–18h00 **Mesa de abertura** 


18h00–19h30 **Diálogos cruzados 1**   
Paisagem, cidade e reconhecimento


09h00–12h00 **Mesa Temática 1**   
Ciência: práticas e políticas  
Entidade 1 – ABEA  
Entidade 2 – ANPARQ  
Entidade 3 – ANTAC  
Entidade 4 – FCHSSALLA  
Entidade 5 – FoPósGAU  
Entidade 6 – LNEC  
Entidade 7 – SBPC  
Mesa de discussão


14h00–17h30 **Mesa Temática 2**   
Política: processos, escalas, focos, subversões  
Entidade 1 – ANPUR  
Entidade 2 – CAU/BR  
Entidade 3 – FeNEA  
Entidade 4 – IAB-BR  
Entidade 5 – LePar  
Entidade 6 – UNMP  
Mesa de discussão

18h00–19h30 **Diálogos cruzados 2**   
Urbe, cidadania e movimentos associativos

19h30–20h00 **Lançamentos**

09h00–12h00 **Mesa Temática 3**   
Cultura: interações, interlocuções, deslocamentos  
Entidade 1 – ABAP  
Entidade 2 – AsBEA  
Entidade 3 – BrCidades  
Entidade 4 – FNA  
Entidade 5 – FASE-Amazônia  
Entidade 6 – Fórum do Patrimônio Cultural  
Entidade 7 – DOCOMOMO Brasil  
Mesa de discussão

14h00–18h00 **7ª Assembleia Geral Extraordinária da ANPARQ** 

18h00–19h00 **Mesa de Encerramento Carta Brasília** 

**Dialógos cruzados 1**



**Paisagem, cidade e reconhecimento**

---

Quarta-feira, 24 de novembro, 18h00–19h30

# diálogos cruzados 1 | paisagem, cidade e reconhecimento



## Ana Cláudia Duarte Cardoso, mediadora

Professora Titular da Universidade Federal do Pará e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPa) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPa). Diretora da ANPARQ (2021-2022).

## Sergio Moacir Marques, relator

Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR-UFRGS). Conselheiro Conselho Fiscal da ANPARQ (2021-2022).

Josy Galibi-Marworn iniciou a apresentação sinalizando a relevância da tradição cultural e espiritual dos povos indígenas e sua sintonia com a natureza, alertando que o governo atual não tem estratégias favoráveis a esta condição. Circunstância agravada pelo fato de que as mudanças climáticas estão provocando sérios problemas, como alagamentos, erosão etc. Diante deste fato, os povos indígenas estão recorrendo a ajuda internacional. Neste cenário, Josy prospectou possíveis ações que os povos indígenas podem colocar em marcha, para garantir sua sobrevivência bem como de seu contexto físico e cultural, nos diversos biomas da Amazônia. Estas ações estão manifestas na carta "Tarumã". Concluiu com um apelo para que todos e todas atentem para o pedido de socorro feito pela Amazônia.

Gilberto Câmara expôs novas agendas de pesquisa referente às questões de mudanças climáticas e relações com os estudos urbanos. Iniciou caracterizando questões básicas deste contexto, onde há certa dualidade entre conhecimento e ação, considerando que o primeiro ponto do conhecimento é a física do clima, ou seja, a descrição dos fenômenos de macro escala, que caracterizam os limites do nosso planeta. É uma ciência dedicada a estudar os riscos associados ao aquecimento global desde o ponto de vista físico do planeta. Do outro lado, está a ação e como a sociedade irá decidir sobre o uso dos recursos do planeta face ao conhecimento adquirido através da ciência.



## Jhosy-Marworno, conferencista

Josilene da Silva Nunes, Jhosy-Marworno como é chamada em sua terra indígena da etnia Galibi-Marworno, é natural de Juminã, aldeia Uahá, localizada às margens do rio Oiapoque (Amapá). Coordenadora local da APOIANP (grupo de articulação dos povos indígenas do Amapá e Norte do Pará), é vice coordenadora da Articulação do Rio Oiapoque (AIRO) e assessora da Organização Indígena de Juventude do Oiapoque (OIJO). Graduanda no curso de licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPa).



## Gilberto Câmara, conferencista

Gilberto Câmara é pesquisador em Geoinformática, Modelagem do Uso e Cobertura da Terra e Big Earth Observation Data Analytics, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Ele é reconhecido internacionalmente por promover o acesso gratuito a dados geoespaciais e por estabelecer um monitoramento eficiente por satélite da floresta amazônica brasileira. Durante sua gestão, o INPE desenvolveu estratégias de livre acesso a dados geoespaciais, que foram determinantes para o avanço dos processos de monitoramento do desmatamento na Amazônia Brasileira. Publicou mais de 230 artigos que foram citados milhares de vezes. Orientou 23 teses de doutorado e 28 dissertações de mestrado e recebeu prêmios da NASA, do governo francês e da Universidade de Münster, na Alemanha. Dirige o Secretariado do Grupo de Observações da Terra (GEO) com sede em Genebra, desde julho de 2018.

**Dialógos cruzados 2**



**Urbe, cidadania e movimentos associativos**

---

Quinta-feira, 25 de novembro, 18h00–19h30

## diálogos cruzados 2 | urbe, cidadania e movimentos associativos



### **Margareth da Silva Pereira, mediadora**

Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB-UFRJ). Conselheira Fiscal da ANPARQ (2021-2022).

### **Rita Velloso, relatora**

Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU-UFMG). Diretora Executiva da ANPARQ, secretária-executiva (2021-2022).

Indaga-se aos convidados sobre qual pode ser, na visão de ambos, um caminho no qual a Anparq desenvolva e consolide sua agenda social. Júlio Lancelotti iniciou sua apresentação sinalizando a relevância de resistir ao projeto de modernização arquitetônica neoliberal que marca o ambiente e a conjuntura das grandes cidades brasileiras no tempo atual. Aponta os números da população vivendo em situação de rua na cidade de São Paulo, reforçando que ter uma moradia e oferta de água potável é direito fundamental. Para o Padre, é preciso reformar a vida urbana a partir do princípio do Bem Comum; é preciso defender que moradia digna é aquela que humanize a vida. Também é preciso combater a prática de intervenções hostis nas arquiteturas das grandes cidades, e assim combater o individualismo, a invisibilização das populações em situação de extrema vulnerabilidade. Maria das Graças Xavier reforça em sua fala o vínculo entre as mulheres e a luta por moradia no Brasil e na América Latina. Assinala a participação de grupos jovens nos movimentos de resistência, resiliência e luta. Também aponta o quanto a reivindicação por condições dignas de moradia por meio das políticas públicas passou a incluir as populações LGBTQIA+..Ambos os convidados, bem como as perguntas a eles endereçadas durante sua exposição, apontam a necessidade de que todas e todos estejamos sintonizadas com o futuro das lutas; e que seja possível construir modos da arquitetura urbana avançar exatamente por meio das ações reivindicatórias dos excluídos; construir a mudança a partir dos exercícios de luta cotidiana.



### **Graça Xavier, conferencista**

Maria das Graças de Jesus Xavier. Mulher negra e feminista. Atua desde os 14 anos na Pastoral de Juventude da Pastoral da Região Ipiranga (Igreja Santa Ângela). Uma das principais lideranças da Pastoral da Moradia da Região Sudeste. Em 5 de janeiro de 1990 conquistou sua moradia através de Mutirão e Autogestão na Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste. Firmou o compromisso de continuar na luta para contribuir com a população sem acesso ao direito à moradia. É bacharel em Direito, especialista em direitos humanos e políticas públicas. Coordenadora da União Nacional por Moradia Popular e Rede Mulher e Habitat da América Latina e Caribe Fellow Social Ashoka Brasil.



### **Padre Júlio Lancelotti, conferencista**

Júlio Renato Lancelotti é sacerdote católico, formado em pedagogia e teologia, doutor Honoris Causa pela PUC-SP. É membro da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo. Exerce a função de pároco da paróquia de São Miguel Arcanjo de São Paulo.



## **Mesa temática 1**

**Ciência** | *práticas e políticas*



---

Quinta-feira, 25 de novembro, 09h00–12h00

## mesa temática 1 | ciência | *práticas e políticas*

### **Miguel Antonio Buzzar, mediador**

Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Diretor da ANPARQ (2021-2022).

### **Ethel Pinheiro Santana, relatora**

Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ-UFRJ). Diretora da ANPARQ (2021-2022).

Entre posições que tornaram muito claras as necessidades de levante e luta conjunta dos Programas de Pós-Graduação diante do “maior ataque à ciência brasileira” na história do Brasil, assim como a necessidade de articulação entre graduação e pós-graduação por meio de mudanças estruturais no acesso e oferta de bolsas como “estratégia de ação” do ensino superior. Esta mesa riquíssima em síntese traz as seguintes postulações: (1) a necessidade de pesquisadores e entidades serem mais propositivos e vencerem a inevitável fragmentação de saberes por meio de ações interligadas; (2) tentar realinhar e associar as ações na pós-graduação por meio das representações profissionais e de pesquisa em AU, como forma de compor debates atuais e fomentar novos rumos; (3) aproximar entidades importantes como a FNA, o CAU e IAB, de modo a conquistar uma saudável interlocução política e institucional da área, assim como de fomento para ações empreendedoras e de proteção das práticas arquitetônicas de qualidade; e (4) resgatar a identidade das entidades frente ao mundo em crescimento exponencial de saberes, e trabalhar estratégias que fortaleçam a área, assim como tornem as ações visíveis e reverberantes.



### **Marco Antonio Mitidiero Junior, FCHSSALLA**

Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba e docente professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP/IPPRI). Coordena o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Em sua apresentação, Marco Antonio Mitidiero Junior trouxe uma visão ampliada sobre a pesquisa nas Ciências Humanas no Brasil, trazendo uma exortação impactante já de início: “desde 2016, o trabalho da ciência no Brasil tem sido o de resistir”. Por meio da análise da conjuntura nacional do MEC/CAPES, desde 2004 até 2020, Mitidiero demonstrou a fragilidade com que nós últimos 4 anos as diretorias, presidências e ministérios foram designados e desmontados, demonstrando a volubilidade de tais coordenações e do próprio governo federal, e o apagamento da sobrevivência das universidades e de suas pesquisas, neste cenário. Em sua análise, houve uma tentativa de destruição da prática da pesquisa, o que acabou por se refletir nos menores insumos, cortes de bolsas e verbas que hoje assolam instituições como o CNPq e a CAPES. Tal ocorrência, inequivocamente, abre alas para o crescimento das instituições privadas, cuja renda se constrói pelo número de discentes, fazendo com que a pós-graduação nas instituições públicas se torne insustentável. Ao fechar suas ponderações, Mitidiero assinalou, como resultado, o fenômeno de “fuga de cérebros” do Brasil e o descredenciamento moral das instituições, refletindo sobre os desafios de internacionalização, expansão, consolidação dos Programas de pós-graduação, divulgação científica e de internacionalização (a qualquer custo).

## mesa temática 1 | ciência | *práticas e políticas*



### **Ana Maria Reis de Goes Monteiro, ABEA**

Professora da Universidade Estadual de Campinas e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, tecnologia e cidade. Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) no biênio 2020/2021.

Ana Goes Monteiro, com bastante segurança e justiça, construiu sua apresentação a partir da necessidade de mudanças estruturais na oferta de bolsas e apoio à pesquisa em AU, aludindo a uma constante e necessária relação entre graduação e pós-graduação como estratégia maior de ação. Também enfatizou a necessidade de “fugir” do ambiente fechado das salas-de-aula, sugerindo uma formação que aproxime docentes e discentes dos problemas da cidade, além de favorecer o caráter empírico da formação em AU. Sobre docentes, especialmente, Monteiro construiu uma instigação à formação que busque investigar completamente os (diversos) métodos de aprendizagem, para além da consciência da prática profissional, de modo a tornar o ensino superior sabedor de sua posição estratégica e estruturante para a sociedade.



### **Ricardo Trevisan, ANPARQ**

Professor Associado da Universidade de Brasília e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU/UnB). Presidente da ANPARQ (2021-2022).

Ricardo Trevisan, atuando na direção da ANPARQ desde 2021, trouxe à tona a necessidade de mapeamento de um cenário de pesquisas na pós-graduação como forma de estimular caminhos futuros mais propositivos, e também sinalizar uma relação etiológica, social e contextual dos produtos derivados. Ao elencar o momento e as condições de surgimento da ANPARQ, em 2004, e a construção dos ENANPARQs (desde 2006) e SeNAUs (desde 2009) como palco de compartilhamento dos temas necessários à pesquisa em AU, Trevisan também ascendeu a uma questão estrutural, que emerge da própria constituição da ANPARQ (formada por Programas de Pós-Graduação, pesquisadores e profissionais): a necessidade de materializar ações que “fujam” da inércia e coadunem a Academia aos agentes públicos, como foi o mote do 7º. SeNAU. Em suas ponderações, é pela qualidade e exequibilidade das pesquisas que se poderá demonstrar à sociedade a essencialidade da área de AU para a construção de uma cidade complexa. Alguns caminhos apresentados pelo palestrante, como o das políticas associativas, inclusão e visibilidade, interação e fortalecimento das redes, extensão/ações afirmativas e compreensão do cenário regional devem ser revisitados constantemente, de modo que as respostas possam, assim, fomentar as pesquisas em desenvolvimento e, principalmente, as futuras.

## mesa temática 1 | ciência | práticas e políticas



### Sergio Scheer, ANTAC

Professor Associado da Universidade Federal do Paraná e docente do Programa de Pós-graduação em Métodos Numéricos em Engenharia (UFPR). Presidente da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC) (2018-2022).

Sergio Scheer trouxe à tona a importância das associações neste momento de descrédito das ciências, no cenário nacional. Reforçou, a partir da experiência de sua trajetória de mais de 40 anos, que toda crise é sazonal, mas que a crise perene que temos enfrentado nos últimos anos reflete uma falta de coerência governamental. Ao abordar o papel da ANTAC para as pesquisas em desenvolvimento tecnológico, Scheer mostrou que todas as ações no ambiente construído não se dissociam das cidades e, por isso, devem sempre enfrentar os problemas atuais. Além de construir um apelo à militância sobre os dilemas presentes, Scheer também mostrou que a associação de diversas escalas de agenciamento da sociedade deve acontecer entre entidades públicas e privadas, o que permitirá vencer problemas de falta de interlocução com órgãos de fomento e fugir de uma “Broken Window Theory” – teoria desenvolvida por Wilson e Kelling em 1982; ao criarem “janelas quebradas” como metáfora para o vandalismo, a teoria permitia ligar desordem e incivildade dentro de uma comunidade a ocorrências subsequentes de crimes graves (N.R). A teoria mencionada por Scheer permitiu instalar uma pergunta pungente: “deixaremos as janelas serem quebradas em nosso país?”. Frear o fenômeno de sucateamento, ou de “quebrar janelas” foi defendido por Scheer como uma necessidade de tradução das ações de pesquisa para uma sociedade que precisa de informação adequada e de conhecimento.



### Marta Silveira Peixoto, FoPósGAU

Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR-UFRGS). Coordenadora do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A atual presidente do FoPósGAU, Marta Peixoto, iniciou sua apresentação sinalizando a “juventude” do Fórum de coordenadores em AU, que em 2017 foi fundado sob a presidência de Eugênio Queiroga e a vice-presidência de Claudia Cabral, tendo já passado por 3 gestões, sendo a última sua e do vice Rodrigo Cury. No entanto, sinalizou o enorme conjunto de ações de representatividade essenciais, já estruturado. Em sequência, alertou para um aumento importante nas políticas de criação de cursos de pós-graduação e alcance de lugares remotos no Brasil, fazendo com que a disseminação do conhecimento seja compartilhada por muitas regionalidades. Um dos motivos de tal Fórum, conforme colocado por Peixoto, foi lutar contra os efeitos da última avaliação quadrienal, cujo resultado foi lançado em 2018 pela CAPES e trouxe uma insatisfação generalizada entre os Programas de Pós-Graduação (PPGs), além da suspensão da avaliação CAPES (2021). Além disso, o papel do Fórum, num momento de tremenda instabilidade nacional e de Pandemia pela COVID-19, também se soma ao auxílio na consolidação das fichas de avaliação, como associação de articulação democrática dos interesses de todos os PPGs. No fim de sua exposição, Peixoto elencou os encontros e as reuniões que permitiram agregar todos os coordenadores do Brasil e listou 3 consequências dos problemas imediatos na pesquisa nacional: produção científica afetada; dificuldade do uso de verbas; baixa procura nos processos seletivos recentes.

## mesa temática 1 | ciência | *práticas e políticas*



### **António Baptista Coelho, GHABITAR – APPQH**

Pesquisador principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civi, GHabitatar – Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional.

Após breve apresentação aludindo ao tema do 7º SENAU, António Baptista Coelho apresentou exemplos sobre a habitação social em Portugal em anos recentes, mencionando a baixa qualidade dos atuais empreendimentos, assim como ensejando maior investimento no desenvolvimento adequado de políticas habitacionais conscientes socialmente e economicamente. Para Coelho, o histórico das políticas habitacionais demonstra um decréscimo na cooperação entre entidades da construção civil e acadêmicas, o que distanciou a compreensão das mazelas sociais e tornou mais forte o movimento cooperativo habitacional (MCH) português, cujas características são: 1) procurar respostas específicas e adequadas às necessidades concretas; 2) participação real de futuros habitantes; 3) promoção de elevada qualidade habitacional, arquitetônica e urbana; 4) apoio público estratégico; 5) sentido de “vida urbana”. Tais requisitos tem salientado a viabilidade das ações cooperativas projetuais para a aproximação da cidade com a escala humana e com os resultados de pesquisas atuais, demonstrando que pesquisa e prática devem se unir na pós-graduação. Por fim, ressaltando o trabalho de arquitetos que reforçam a identidade local e o diálogo entre habitantes/cidade, foram apresentadas algumas facetas do MCH, que são os resultados imediatos de uma ação integradora de projeto: 1) qualidade global do desenho; 2) soluções domésticas otimizadas; 3) forte relação do espaço privado com o exterior; 4) identidade própria de cada intervenção; e 5) pioneirismo em reabilitação de bairros.



### **Renato Janine Ribeiro, SBPC**

Professor Titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo. Membro fundador do Instituto de Estudos Avançados e Convergentes (IEAC) da Unifesp e primeiro presidente (2019-2020). Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (2021-2023).

Renato Janine Ribeiro iniciou sua exposição com a defesa do ensino público e de qualidade no Brasil, em maioria gratuito e laico, e fazendo um apelo à assunção da República (o bem comum) por todos os ouvintes, uma vez que é pela noção do caráter público e igualitário da formação universitária que lutaremos contra as distâncias sociais. Para Ribeiro, “haverá um fracasso na formação do professor, como pessoa, se ele não retribuir idoneamente aos aportes feitos em sua construção de conhecimento”, por isso, reforça que docentes e discentes tem uma dívida com a sociedade. Para o palestrante, a formação superior dos mais pobres é completamente necessária, pois ao mesmo tempo em que trabalha a mobilidade social, também aproxima a academia de nossos problemas sociais e, para o campo de pesquisas em AU, reforça a luta contra urbanismo precário, falta de habitação social adequada e desigualdades sociais. Em toda a sua construção de ideias, Renato Janine Ribeiro coloca a dimensão pública do ensino e nosso compromisso, enquanto parte de uma sociedade desigual, como pilares para a construção de um país justo e possível.

## **Mesa temática 2**



**Política** | *processos, escalas, focos, subversões*

---

Quinta-feira, 25 de novembro, 14h00–17h30

## mesa temática 2 | política | *processos, escalas, focos, subversões*



### **Luciana Saboia, mediadora**

Professora Associada da Universidade de Brasília e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU/UnB). Diretora Executiva da ANPARQ, tesoureira (2021-2022).

### **Ana Gabriela Godinho Lima, relatora**

Professora adjunta da Universidade Presbiteriana Mackenzie e docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UPM). Diretora suplente da ANPARQ (2021-2022).

O tema da mesa enseja trazer à tona a discussão sobre processos, questões e inquietações relacionadas aos direitos civis e urbanísticos relativos às práticas e às lutas quotidianas. Os palestrantes representam importantes entidades que lidam com a temática.



### **Fabrício Leal de Oliveira, ANPUR**

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Diretor da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

Discute com apreensão a posição de um governo negacionista, diretamente responsável pela morte de centenas de milhares de pessoas que, com outras políticas públicas não teriam morrido. Faz menção ao ministro Ricardo Salles, cunhando o termo "boiada" que promove dribles na legislação, no âmbito das cidades, a "boiada", é representada pelas várias facilidades concedidas aos interesses privados em detrimento da lei e da vida dos residentes em várias regiões da cidade sobre as quais incidem os interesses imobiliários. Benefícios fiscais, isenção de IPTU etc... Estas leis são promovidas sem nenhuma participação popular. Necessidade de uma política contundente de ocupação de imóveis ociosos nas áreas centrais; A importância da luta pelo uso e disposição das áreas públicas para uso dos moradores da cidade e de se priorizar a autogestão dos coletivos de moradores de residenciais sociais.

## mesa temática 2 | política | *processos, escalas, focos, subversões*



### **Valter Luis Caldana Junior, CAU/BR**

Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenador da Comissão de Ensino e Formação (CEF) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

O grande desafio é visibilizar os invisibilizados. Produzimos mais desigualdade do que o próprio sistema de produção e consumo, o sistema capitalista das cidades, o que torna inviável políticas públicas eficientes. A produção de conhecimento em AU, ensino e prática são instrumentos essenciais para o enfrentamento destas questões com um mínimo de dignidade. Importante resgatar a ideia de que o CAU não é uma associação, mas um Conselho, um órgão de estado, capaz de dialogar com o governo. A natureza do Conselho é outra que de uma associação, intermediando a relação da corporação com a sociedade. Ao levar a Arquitetura e Urbanismo desde o ensino até a produção de conhecimento, o CAU defenderá que a Arquitetura e Urbanismo é um conhecimento necessário para que o país exerça sua soberania. Nesse sentido a relação com a ANPARQ e ANPUR representam a relação com a produção de conhecimento, e o entendimento de que o ensino e pesquisa são atribuições da profissão. A capilaridade é um aspecto essencial. A docência, o ensino, a pesquisa e a extensão são atribuições profissionais, assim vistas pelo Conselho. Estamos em uma sociedade que não tem nem a educação nem a democracia como valor inalienável.



### **Helena Andrade, FeNEA**

Estudante de graduação de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Diretora Geral da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA).

No Brasil vivemos o ápice do capitalismo com o surgimento de grupos fascistas que destroem nossos direitos. Os estudantes vivenciam todas estas questões. Hoje, 30% do orçamento da União vai para o pagamento da Dívida Pública, um valor que supera em muito o valor destinado à Saúde ou à Educação. Uma dívida que não foi auditada e que vai parar nas mãos de quem já tem muito dinheiro. Como pensar nisso diante da lei do teto de gastos, a PEC da Morte. No campo da educação, os vetos e cortes deste governo foram substanciais, além de 22 universidades com intervenção. No período de pandemia, em que se colocaram questões importantes à produção do conhecimento, tivemos a redução do orçamento das universidades, o encolhimento da pesquisa e educação no país. Destaca-se o caso dramático da FAU-UFRJ. Vemos hoje o povo rebelando-se frente às injustiças, uma efervescência de reações populares, em manifestações e ocupações. É necessário derrubar o fascismo em que poucos que têm tudo tem o poder de decisão sobre muitos que têm pouco. Organização e diálogo popular é que são necessários para a ampliação desta conversa e da quantidade de estudantes e profissionais dentro das associações, fortalecendo a capacidade de reação frente às injustiças.



## mesa temática 2 | política | *processos, escalas, focos, subversões*



### **Maria Elisa Baptista, IAB/BR**

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas e presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil.

As esperanças são encontradas nas frestas do cotidiano, maltratadas principalmente pelo contexto de pandemia, revelando-se nas precariedades de moradia, nos espaços públicos, no meio-ambiente. As conquistas dos governos populares progressistas perderam-se nos últimos 5 anos de golpe continuado. A depredação ambiental promovida por este governo, e que se insere em um quadro global, parece apequenar o que podemos fazer. Temos que pensar juntos e agir nos interstícios, onde ainda há oxigênio. Educar para a vida na cidade, para o reconhecimento da boa arquitetura e da qualidade ambiental é um caminho para as nossas ações. É preciso conhecer para amar. É preciso amar para cuidar nos ensinam os do patrimônio. Encerra citando a poeta polonesa Wislawa Szymborska: "Nascemos sem prática e morremos sem rotina".



### **Christina Vital da Cunha, LEPAR**

Professora do programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal Fluminense. Coordena o LEPAR – Laboratório de Estudos socioantropológicos em Política, Arte e Religião.

Campo dos estudos da religião na cidade. O viés negativo sobre os religiosos mostra uma intolerância sobre as religiões. Nos anos 1990 vê-se uma mudança significativa no Campo Religioso que tem um rebatimento no campo político, econômico e cultural. A década marca um ponto estatístico importante. Muitos grupos organizam-se na sociedade a partir deste período contrapondo-se ao modo como a bancada evangélica organizou-se. O mapa das religiões no Brasil ilustra uma diversidade demarcada na cidade. Dentro da cidade, qual o lugar que os evangélicos ocupam: é o lugar das periferias. Nos anos 1990 vivia-se uma hegemonia católica, e isso transforma-se a partir dos anos 1990. Os evangélicos eram os desconhecidos que começavam a aparecer no espaço público. A emergência da Cultura Pentecostal em Periferias. Está muito além para o crescimento institucional, mas uma difusão de códigos morais e de referência, que andam de mãos dadas com atores em defesa da democracia – pela defesa das mulheres, combate ao racismo, valorização do empreendedorismo e da disciplina. Emergência de grupos progressistas de esquerda, dentro dos grupos religiosos. Publicou um artigo sobre isso – atores com mãos dadas na defesa da democracia. O associativismo religioso é dos mais intensos. Estes grupos estão atuando nos territórios. São atores fundamentais na luta.



### **Evaniza Lopes Rodrigues, UNMP**

Assistente social com mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Militante da União Nacional por Moradia Popular.

No Movimento vive-se um momento de resistência e reação. Para uma grande parte das pessoas e das organizações tem sido difícil ficar vivo, considerando a vida plena de direitos. Muito da energia destes representantes e participantes tem sido sugada no esforço por sobreviver. Hoje as pessoas não têm dinheiro para pagar o transporte para participar de reuniões. Tiveram ainda que fazer uma campanha de “despejo zero” durante a pandemia, o que parece absurdo em tempos de pandemia. Esta campanha mostrou a capacidade de reinvenção dos Movimentos. Os processos de luta não terminam, mas são processos permanentes, por isso que as Alianças são necessárias, de confiança política e técnica. Pela primeira vez no nosso país temos na universidade arquitetas e arquitetos negros, que vêm das periferias e que olham o mundo a partir de outra perspectiva. São grupos que trazem elementos para a produção de um conhecimento novo, prioridades novas. Como fortalecemos e reinventamos as nossas formas de trabalhar em rede? Como fortalecemos alianças para a participação na disputa pelos orçamentos para políticas públicas? Como essa concepção de mundo, do protagonismo das comunidades, tenham mais força. como demonstramos que se organizar é bom e vale a pena? Como ampliar esse conceito de participação coletiva?

## **Mesa temática 3**



**Cultura** | *interações, interlocuções, deslocamentos*

---

Sexta-feira, 26 de novembro, 09h00–12h00

## mesa temática 3 | cultura | *interações, interlocuções, deslocamentos*



### **Ana Cláudia Duarte Cardoso, mediadora**

Professora Titular da Universidade Federal do Pará e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPa) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPa). Diretora da ANPARQ (2021-2022).

### **George Alexandre Ferreira Dantas, relator**

Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFRN). Diretor da ANPARQ (2021-2022).

A mesa buscou refletir e discutir a dimensão cultural das pesquisas e das práticas em arquitetura e urbanismo, que exigem uma reflexão permanente sobre as memórias, histórias e gestos presentes, assim como sobre a nossa capacidade de imaginar e projetar o futuro. Quais as experiências na articulação das múltiplas temporalidades e culturas citadinas e rurais que podem nos ajudar a fazer pensar? Como contribuir para que arquitetos e urbanistas se entendam como culturas políticas, estéticas, administrativas, técnicas e que, mais ainda, compreendam a cidade, em sua diversidade, como bem comum? Como ultrapassar a ideia da cultura como um campo erudito e a da história como dimensão morta, ou como mero antecedente que pouco ilumina estruturalmente os dilemas presentes? Como alargar o diálogo transversal entre as associações que valorizem as realizações do ontem e mostrem-se atentas ao patrimônio hoje, como parte indissociável do cotidiano e suas dinâmicas, das apropriações e significações dos que o usam? Como criar fluxos entre diferentes formas de culturas e saberes de um Brasil tão ricamente diverso e brutalmente desigual? Assim, as associações e entidades aqui reunidas – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura, BR Cidades, Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, FASE Amazônia, Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro e DOCOMOMO Brasil – discutiram essas e outras questões, apontando, inicialmente, o contexto dramático de crises sobrepostas em que vivemos – ambiental, sanitária, social, humanitária, democrática. Mais ainda,

repuseram ainda a importância da profissão de arquitetura e urbanismo em suas múltiplas dimensões para enfrentar antigos e novos desafios postos. Para tanto, é necessário reconhecer: a centralidade dos desafios ambientais para pensar o território e mesmo as sociabilidades e possibilidades democráticas; a necessidade de superação do modelo de urbanização que impermeabiliza o solo, canaliza cursos d'água naturais, destrói margens e encostas, desmonta usos, práticas, trocas e culturas populares em prol da máquina da monocultura agroexportadora; os desafios para articular a produção na academia – de pesquisa, ensino e extensão – aos vários atores sociais, como pares na construção de diálogos e convergências, compartilhando saberes, demandas, projetos em prol de um tecido social de política densa e participativa; o papel do Estado como arena pública e institucional de disputa para construção de políticas integradas para o território – para o saneamento, a mobilidade, a regularização fundiária, a cultura, o meio ambiente, por exemplo; o respeito e preservação dos territórios dos povos originários; a tarefa premente de qualificação e democratização dos espaços, o que passa pela construção de políticas públicas para estimular urbanidade nos centros históricos, pelo reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural brasileiro – incluindo aí também o importante acervo modernista e suas lições de boa arquitetura –, pela valorização dos espaços livres e melhoria da qualidade de vida, enfim, pela cidade como locus da democracia, da igualdade e da diversidade.



**Luciana Bongiovanni Martins Schenk,  
ABAP**

Professora Associada do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (2018-2020).

A Paisagem é Política. Partindo da premissa de que a Paisagem é política e de que as nossas infraestruturas impactam o território e criam conflito, a ABAP defende que a arquitetura da paisagem pode ajudar a mitigar esses impactos e dilemas. Filiada à International Federation of Landscape Architects (IFLA), a ABAP foi marcada pela atuação pioneira de Rosa Klíass. Os desafios postos para pensar o território brasileiro, seus biomas, seus domínios morfoclimáticos, como definiu o geógrafo Aziz Ab'Saber, são imensos e vão além das metrópoles e grandes cidades. Afinal, as fragilidades sociais estão relacionadas às fragilidades ambientais. Além das questões próprias do campo dominado pelo agronegócio, as pequenas e médias cidades, como São Carlos-SP, replicam um padrão de desenvolvimento urbano cego aos ciclos naturais da natureza, baseado no carro e na impermeabilização extensiva, canalizando cursos d'água naturais, desmatando encostas e áreas lindéiras, cujas consequências têm se tornado mais dramáticas – como as enchentes periódicas – com o agravamento dos problemas climáticos. A ABAP tem desenvolvido uma série de ações formativas e de ampliação de repertório, buscando dar visibilidade à prática profissional e o reconhecimento das especificidades, por meio de cursos, premiações, palestras, visitas técnicas e manifestações públicas sobre as questões ambientais brasileiras.



**Danilo Silva Batista, AsBEA**

Arquiteto e Urbanista e Administrador de Empresas, presidente da Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura.

Em busca do protagonismo da profissão. A Associação busca atualmente ampliar suas regionais (de dez para quatorze), com a perspectiva de assim melhor reconhecer as especificidades, as necessidades e os processos nos quais os profissionais estão inseridos, com o intuito de enfrentar a as várias dimensões da desigualdade brasileira – social, de oportunidades e de inserção dos jovens arquitetos no mercado de trabalho. Uma das iniciativas está na aproximação com as instituições de ensino superior, para partilhar experiências trabalhistas, corporativas, empresariais, financeiras, além das competências profissionais. Da mesma maneira, busca-se valorizar e promover o trabalho dos pequenos escritórios. Em meio à “orquestra” multidisciplinar das equipes de intervenção urbana em suas várias escalas, o arquiteto e urbanista, pela sua formação generalista, deveria ser o maestro. É necessário reafirmar, também institucional e profissionalmente, o protagonismo da profissão nos esforços pela democratização dos espaços, pela revitalização dos centros, pela valorização dos espaços livres e melhoria da qualidade de vida. Para tanto, é necessário fortalecer a ampliação dos horizontes do arquiteto em formação. Para além da dimensão do projeto, devemos considerar as oportunidades voltadas às práticas e consultoria sobre as novas normas (acessibilidade, desempenho etc.), à construção, à paisagem, ao patrimônio.

## mesa temática 3 | cultura | *interações, interlocuções, deslocamentos*



### **Paolo Colosso, BrCidades**

Professor na Universidade Federal de Santa Catarina e coordena o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFSC). Compõe também a coordenação nacional do BrCidades.

A cidade como tecido social denso e participativo. Vivemos um momento de sobreposição de crises – sanitária, ambiental, social, econômica, humanitária, de representatividade democrática –, conformando um quadro que permanecerá mesmo depois da pandemia. O que tem acontecido no espaço urbano escancara as contradições dessa crise. O avanço da desumanização e da barbárie repõem a necessidade de pensar outros modos de vivermos juntos. Assim, é necessário voltar a pensar utopicamente, a pensar e agir em múltiplas escalas para superar o cotidiano amesquinçado. É necessário atuar no longo prazo – para defender e garantir o básico digno e de qualidade que parece e é ainda distante: a moradia, o transporte público, o meio ambiente não mercantilizado; para ir além, uma cidade antirracista, que valorize as ruas e os espaços públicos como lugar da igualdade e da diversidade. De todo modo, se as crises têm algo de positivo é a urgência para que os vários atores sociais abram diálogos e busquem convergências em prol de um tecido social de política densa e participativa. O BR Cidades tem colaborado nessa construção das pontes e conversas entre universidades, associações, entidades, sociedade civil, organizações não governamentais, em prol de poéticas arquitetônicas mais capilarizadas e que possam realizar mais com pouco.



### **Eleonora Lisboa Mascia, FNA**

Arquiteta e urbanista e presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas.

Em busca do protagonismo da profissão. A Associação busca atualmente ampliar suas regionais (de dez para quatorze), com a perspectiva de assim melhor reconhecer as especificidades, as necessidades e os processos nos quais os profissionais estão inseridos, com o intuito de enfrentar a as várias dimensões da desigualdade brasileira – social, de oportunidades e de inserção dos jovens arquitetos no mercado de trabalho. Uma das iniciativas está na aproximação com as instituições de ensino superior, para partilhar experiências trabalhistas, corporativas, empresariais, financeiras, além das competências profissionais. Da mesma maneira, busca-se valorizar e promover o trabalho dos pequenos escritórios. Em meio à “orquestra” multidisciplinar das equipes de intervenção urbana em suas várias escalas, o arquiteto e urbanista, pela sua formação generalista, deveria ser o maestro. É necessário reafirmar, também institucional e profissionalmente, o protagonismo da profissão nos esforços pela democratização dos espaços, pela revitalização dos centros, pela valorização dos espaços livres e melhoria da qualidade de vida. Para tanto, é necessário fortalecer a ampliação dos horizontes do arquiteto em formação. Para além da dimensão do projeto, devemos considerar as oportunidades voltadas às práticas e consultoria sobre as novas normas (acessibilidade, desempenho etc.), à construção, à paisagem, ao patrimônio.



### **Sara Pereira, ONG FASE**

Mestranda em Ciências da Sociedade pela UFOPA e educadora da ONG FASE Amazônia.

Os diferentes saberes e usos da cidade na Amazônia. O tema do direito à cidade pauta a atuação da FASE na Amazônia, atravessado pela relação com o rio, igarapés, lagos, a floresta, os povos originários. Isso implica reconhecer que as dinâmicas rural e urbana são indissociáveis. Nesse contexto, a FASE tem chamado a atenção para o impacto dos grandes empreendimentos nas últimas décadas, que têm agravado as ameaças ambientais e consequentemente a territórios simbólicos muito importantes. A expansão da soja na região de Santarém-PA, com a chegada da empresa Cargill, é um exemplo desses conflitos e impactos: o terminal portuário para exportação ocuparia toda a praia urbana, transtornando e violando o rio, a pesca, o espaço de lazer e economia populares. Essa pressão do agronegócio se expressou também na revisão do Plano Diretor de Santarém de 2018, investindo sobre áreas de preservação, de uso e turismo de base popular e ambiental. Foi um momento importante também de resistência e de articulação dos muitos sujeitos e grupos sociais plurais que lutam pelo direito à cidade – agroextrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores. Os desafios estão postos: como contemplar uma cidade que contemple os diferentes saberes e os diversos usos cotidianos? Que contemple os muitos espaços simbólicos dos povos originários.



### **Inês Martina Lersch, Fórum Patrimônio Cultural**

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura (PROPUR-UFRGS). Coordenadora do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Em defesa do patrimônio cultural brasileiro. O Fórum, congregando dezenas de entidades profissionais e acadêmicas do Brasil, vem atuando contra o ataque ao patrimônio cultural brasileiro e aos seus órgãos de preservação. Isso tem se dado num contexto desfavorável em que até o decreto original de criação do então SPHAN, em 1937, está sob ameaça. Dentre as questões atuais que precisam ser enfrentadas estão: a tentativa de venda e alienação de bens da União (muitos dos quais tombados, como o Palácio Capanema, no Rio de Janeiro), a exoneração de profissionais especialistas ou a indicação de pessoas sem formação para cargos de direção e superintendência, a perda de acervos (como o de Lucio Costa para a Casa de Arquitetura de Portugal); a falta de política de manutenção e conservação. Assim, o Fórum tem defendido ações mais propositivas, além das necessárias reações e defesas no calor dos problemas emergenciais, a exemplo do “Salve Cultura”, em 2020, de palestras virtuais (sobre habitar nos centros históricos, sobre a relação do patrimônio com as comunidades tradicionais etc.) e de ações na arena política, como a participação na audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara de Deputados sobre o Projeto de Lei que estabelece diretrizes para o patrimônio cultural tombado.



**Renato Gama-Rosa, DOCOMOMO  
Brasil**

Arquiteto e urbanista, Chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz e Coordenador do DOCOMOMO Brasil.

A boa arquitetura modernista brasileira. As ameaças ao patrimônio têm ficado mais fortes e frequentes. Apesar dos esforços e da atuação intensa e em rede, as entidades de defesa e valorização do patrimônio nem sempre têm conseguido impedir a descaracterização e mesmo demolição do acervo modernista, como foi o caso do Hotel Internacional dos Reis Magos, em Natal-RN. Com quase trinta anos de existência, o DOCOMOMO Brasil tem uma rede de alcance nacional que procura divulgar e valorizar o patrimônio cultural moderno, de maneira cada vez mais abrangente, geográfica e temporalmente. Assim, é necessário articular posturas e ações proativas de defesa, explicando e divulgando a importância desse acervo para a sociedade. Importante pelas lições de boa arquitetura – inclusive para a saúde dos moradores, da cidade, da sociedade – deixadas pelo legado da arquitetura modernista.



## **Mesa de encerramento**



---

Sexta-feira, 26 de novembro, 18h00–19h00



## Carta de Brasília

Diante das profundas transformações ambientais pelas quais passa o planeta e, sobretudo, em face à pandemia da Covid-19, nós, arquitetas(os), urbanistas, paisagistas, profissionais atuantes em diferentes áreas da vida social, reiteramos nosso compromisso com a qualidade da produção dos espaços das cidades e, notadamente, com os direitos urbanísticos, individuais e coletivos. Nossa responsabilidade profissional demanda ampliar a ressonância dos resultados de pesquisas e estudos visando, principalmente, atender a sociedade civil e os atores alijados dos processos participativos e decisórios.

É crucial, contudo, fortalecer a relação entre arquitetura, sociedade e natureza em suas múltiplas dimensões: seja como ambiente físico e espaço de preservação dos bens naturais, seja como sedimentação das histórias de modos de vida essenciais para a sobrevivência de diferentes culturas. Como alertam comunidades e movimentos sociais nos espaços de discussão política, ambiental e jurídica, o rural e o urbano se interpenetram em paisagens naturais e construídas e estabelecem dinâmicas de complementaridade que rompem a lógica capitalista de segmentação entre campo e cidade, lembrando que rios, lagos e florestas são elementos essenciais para as relações e vivências dos povos.

Nesse momento de revisão de paradigmas, é urgente que se criem alternativas filosóficas e construtivas em prol de uma arquitetura humanizada, integrada ao seu meio físico, cultural e ambiental. Diante de tantas situações de destruição, trata-se não apenas de identificar, criticar e denunciar processos que impactam as condições locais que afetam vidas humanas em nível mundial, mas também instaurar novas práticas de concepção e de ação pública e política.

No Brasil, neste novembro de 2021, vivenciamos um quadro de desmonte progressivo e acelerado de toda a estrutura de ensino e pesquisa construída ao longo das últimas décadas. O investimento em pesquisa está no menor patamar em anos, bolsas de pós-graduação foram cortadas, o orçamento das universidades federais foi drasticamente reduzido, colocando em risco seu funcionamento. Nossa grande área de conhecimento – as Ciências Sociais Aplicadas – tem sido atacada frontalmente

pelo governo, soma-se a isso a fragilização das estruturas de estado voltadas para a esfera social e da cultura, exemplificada no cancelamento da realização do Censo Demográfico 2020.

Vivemos novos e constantes desafios seja em nossos Programas de Pós-Graduação e atividades de ensino, pesquisa e extensão, seja no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e de ameaça à democracia e à liberdade de cátedra. Faz-se, portanto, imperioso, conservarmos-nos firmes e propositivos em nossas ações e missão social.

Vimos, assim, afirmar que a reflexão comum dos diferentes movimentos sociais associativos mostra que os conceitos de cidade, cidadania, educação, ciência e cultura não são abstratos. Acreditamos que esta é a hora de demonstrar a ação coletiva das associações e entidades no sentido de esboçar, formular e construir projetos e políticas para as diversas configurações das vidas urbanas em comum.

Reiteramos, portanto, que no momento em que vivemos, dá-se a urgência da organização de segmentos da sociedade brasileira em grupos de reflexão e ação em termos de resistência e proposição.

Enfim, registre-se nosso compromisso e empenho comum em manter-nos em diálogo e interação, contribuindo no cotidiano dos indivíduos com os mundos que têm e com os quais sonham.

**ABAP** | Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas

**ABEA** | Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

**ANPARQ** | Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

**ANPUR** | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

**ANTAC** | Associação Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído

**AsBEA** | Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura BrCidades – Rede Brasil Cidades

**CAU/BR** | Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo

**DOCOMOMO Brasil** | Documentação e preservação de edifícios, sítios e unidades de vizinhanças do Movimento Moderno FASE Amazônia – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Amazônia

**FCHSSALLA** | Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes

**FeNEA** | Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

**FNA** | Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas

**FoPósGAU** | Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em AU Fórum Nacional de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro

**GHabitar** | Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional

**IAB-BR** | Instituto de Arquitetos do Brasil

**LePar** | Laboratório de Estudos Sócio Antropológicos em Política, Arte e Religião

**SBPC** | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

**UNMP** | União Nacional por Moradia Popular

7º Se  
N  
AU

7º Seminário  
Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

---

## coordenação geral

Ricardo Trevisan | PPG-FAU/UnB

Ana Cláudia Duarte Cardoso | PPGAU-UFPA

Luciana Saboia Fonseca Cruz | PPG-FAU/UnB

Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira | PROURB/UFRJ

Miguel Antonio Buzzar | IAU-USP

---

## comissão organizadora local

Caio Frederico e Silva | PPG-FAU/UnB

Carolina Pescatori Candido da Silva | PPG-FAU/UnB

---

## comissão organizadora pela Anparq

Ana Gabriela Godinho Lima, Coordenação Adjunta | PPGAU-FAU/UPM

Angela Maria Gordilho-Souza, Coordenação Adjunta | PPGAU-UFBA

Ethel Pinheiro Santana, Coordenação Adjunta | PROARQ/UFRJ

George Alexandre Ferreira Dantas, Coordenação Adjunta | PPGAU-UFRN

Márcio Cotrim Cunha, Coordenação Adjunta | PPGAU-UFBA

Rachel Coutinho Marques da Silva, Coordenação Adjunta | PPGARQ-PUC Rio

Rita de Cássia Lucena Velloso, Coordenação Adjunta | NPGAU-UFMG

Sérgio Moacir Marques, Coordenação Adjunta | PROPAR/UFRGS

Técnico Administrativo Valmor Cerqueira Pazos | FAU/UnB

## equipe de apoio

Amora de Andrade Machado, graduanda | FAU/UnB

Cecília Pizutti Miranda, graduanda | FAU/UnB

Jessica Sousa Duarte, graduanda | FAU/UnB

Leonardo Nóbrega Queiroz de Paiva, graduando | FAU/UnB

Letícia Rodrigues da Costa, graduanda | FAU/UnB

Lucas Silva Maranhão de Oliveira, graduando | FAU/UnB

Mariana Bastos e Silva Vaz, graduanda | FAU/UnB

Vitor Ayub, graduando | FAU/UnB

Vitor Silvério Prado, graduando | FAU/UnB

---

## programação visual

Lia Tostes, doutoranda | PPG-FAU/UnB

---

## realização

Universidade de Brasília | UnB

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | FAU/UnB

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPG-FAU/UnB

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos | FINATEC

---

## patrocínio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | CNPq